



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

Daina Santos Có¹

Jorge Fernando Lodna²

Waldimir Barbosa³

Ricardo Ossagô De Carvalho⁴

RESUMO

Nos últimos anos, as políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau têm sido foco de intenso debate e pesquisas, envolvendo uma ampla gama de atores sociais, incluindo pesquisadores, legisladores e a sociedade civil como um todo. Esse interesse crescente se deve principalmente ao papel crucial que essas políticas desempenham na promoção da redução de desigualdade social, especialmente no que diz respeito ao acesso e à permanência no ensino superior público. Esse contexto é especialmente relevante nos países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, onde a educação é vista como uma alavanca potencial para o progresso socioeconômico. As políticas públicas bem estruturadas são fundamentais não apenas para expandir oportunidades educacionais, mas também para fomentar um ambiente que suporte a retenção dos estudantes ao longo de sua trajetória acadêmica. O objetivo deste trabalho é investigar a existência e a eficácia das políticas públicas educacionais voltadas para o acesso e a permanência no ensino superior público da Guiné-Bissau, e de identificar e analisar o impacto dos programas de assistência estudantil na permanência e no desempenho acadêmico dos estudantes nas instituições de ensino superior público da guineense. Este trabalho trata-se de uma pesquisa fundamentalmente bibliográfica e documental, desenvolvida com uso de referências já elaboradas e documentos institucionais sobre a temática e o seu contexto e disponibilizados pela literatura no domínio público e bem referenciadas. Fez-se a busca das bibliografias e de documentos institucionais como constituição da República da Guiné-Bissau e demais legislações pertinentes que abordam o assunto em debate. Os resultados encontrados conforme as consultas documentais feitas nos periódicos acadêmicos, sites governamentais e de organismos internacionais, não foi identificada nenhuma política pública que garanta o acesso gratuito assim como outras políticas que apoiam permanência dos estudantes dentro das universidades públicas do país. Essa busca nos trouxe dados que apontam que o país possui apenas uma universidade pública criada em 1999. Segundo os dados, o governo chefiado por José Francisco Fadul, e sob seu impulso particular através do Decreto-Lei n.º 6/99 de 6 de dezembro de 1999, criou a Universidade Lusófona Amílcar Cabral (ULAC) sob gerência de uma fundação privada denominada Fundação para Promoção do Ensino e Cultura (FUNPEC). Após a sua criação, a universidade teve dificuldades de cumprir o seu papel institucional, o que levou ao seu fechamento brutal em 2008, onde só em 2010 teve uma profunda reformulação que só em 2013 reabriu as suas portas funcionando até aos dias de hoje. Concluiu-se, com base nas garantias constitucionais e conforme mencionado anteriormente, considerando que o país dispõe apenas de uma universidade pública, propomos investigar o cumprimento dessas garantias constitucionais por parte do estado, em relação ao direito à educação, assim como criar outras políticas públicas suplementares que assegurem esses direitos com um olhar a população mais vulnerável para garantir os direitos de igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, políticas públicas, educação, permanência.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; políticas públicas; educação; permanência.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Discente, santoscodaina@gmail.com¹

Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, Discente, jorgeferlodna@gmail.com²

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Discente, waldimirbarbosa90@gmail.com³

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades, Docente, cienciapolitica hoje@unilab.edu.br⁴